

A continuidade de Conhecimento & Diversidade

The continuity of Conhecimento & Diversidade

JARDELINO MENEGAT, Reitor *

MARY RANGEL, Editora **

A Revista *Conhecimento & Diversidade* prossegue no seu 23º número trazendo temas contemporâneos de pesquisa que mantêm o sentido de diversidade que caracteriza a Revista e estimulam também o diálogo entre pesquisadores.

Em “Novela gráfica e diferença cultural” Rosângela Tenório Carvalho; Gabrielle Tavares dos Santos, e Wanderson Cruz dos Santos, todos da Universidade Federal de Pernambuco, investigam a diferença cultural em novelas gráficas de cunho autobiográfico:

Na prática educacional escolar, há um conjunto diverso de narrativas em disputa. Em tempos de intensificação da centralidade da cultura (HALL, 1997), essa prática é interpelada por um acervo cultural imenso, fruto da pluralidade da produção cultural, ou do currículo cultural (COSTA, 1999). Esse fenômeno tem um efeito na complexificação dos discursos no campo educacional, seja no modo como esses discursos apropriam-se do social, seja na intensificação do debate sobre qual porção da cultura interessa para formação de sujeitos educados.

Em “A ação popular no controle da administração pública sob o parâmetro da convencionalidade”, Marcelo Pereira de Almeida da Universidade Federal Fluminense, Universidade Católica de Petrópolis, da Universidade Estácio de Sá e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e Carolina de Carvalho Byrro, da Universidade Federal Fluminense, analisam possibilidades de controle externo da Administração Pública através da Ação Popular:

* Reitor do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro.

** Editora da Revista *Conhecimento & Diversidade* do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro e da Rede La Salle Brasil-Chile. Email: mary.rangel@lasalle.org.br

Os instrumentos processuais coletivos representam, no Brasil, um fomento à proteção dos direitos difusos e coletivos através da sociedade civil organizada. Dentre tais instrumentos, pode ser citada a Ação Popular como um dos principais para o controle externo da Administração Pública.

Em “Diversidade poética e identitária de diversos Brasis em Mato Grosso: alfabetização e autobiografia”, Lucy Ferreira Azevedo e Rosa Maria Gonçalves Brito, ambas da Universidade de Cuiabá; Ana Cirlene Ferreira de Faria e Cíntia Sueli Brito Lopes, do SESI/MT, desenvolveram reflexões sobre a autobiografia:

O estudo é uma reflexão sobre a autobiografia como gênero e manifestação social e cultural, por meio de leitura interpretativa, além de mostrar de que forma as marcas poéticas aparecem nas narrativas identitárias de cada indivíduo - alunos da EJA em cidades onde o SESI desenvolveu salas para alfabetizar os trabalhadores das empresas preocupadas com seu papel social e solidário. O trabalho tem como base estudos de teóricos sobre Literatura e Língua, realizados pelos grupos de professores.

Em “Desafios interculturais/inclusivos à educação científica, tecnológica e profissional”, Luciana Pacheco Marques e Mylene Cristina Santiago, ambas da Universidade Federal de Juiz de Fora, analisam a relação entre interculturalidade, inclusão e tecnologia:

Entendemos que a preparação tecnológica e o desenvolvimento de saberes para a interculturalidade/inclusão nos atuais processos produtivos, assim como a formação para a cidadania crítica e participativa, como forma de intervenção na realidade, embora apresentem certo tom de ambivalência em seus aspectos mercadológicos e sociais, são metas necessárias a serem agregadas à formação ética, diante do mundo globalizado e das formas de exploração mantidas e recontextualizadas no capitalismo contemporâneo.

Em “Pró-Reitoria de pesquisa e pós-graduação e plataforma sucupira: um olhar pedagógico”, Lourival José Martins Filho, da Universidade do Estado de Santa Catarina, analisa o Projeto Pedagógico dos Cursos de Pós-Graduação com dados da Plataforma Sucupira/CAPES:

Projeto investigativo que procurou identificar as contribuições da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação no acompanhamento pedagógico dos cursos de pós-graduação stricto sensu de uma universidade pública do Sul do País por meio da leitura do Coleta 2016 da Plataforma Sucupira da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em uma abordagem

qualitativa, utilizou-se de alguns indicativos da análise de conteúdo na interpretação das informações inseridas na plataforma pelos programas de pós-graduação.

Em “Análise da influência do clima organizacional na satisfação discente: o caso de uma instituição de ensino superior no Rio de Janeiro”, Gilson Brito Alves Lima, Osvaldo Luiz Gonçalves Quelhas, Julio Vieira Neto, Annibal Parracho Sant’anna, Marcia de Freitas Siqueira Sadok Menna Barreto e Sávio Luís Oliveira da Silva, da Universidade Federal Fluminense, assinalam a necessidade de processos de autoavaliação institucional, diante das exigências do Ministério de Educação do Brasil:

[...] este estudo tem como objetivo analisar os resultados de pesquisa de Clima Organizacional realizada em uma instituição de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, e comparar com pesquisa de satisfação discente realizada na mesma Instituição. Para tanto, realizou-se uma análise secundária de dados, baseada nas pesquisas de Clima Organizacional e satisfação discente realizadas por empresas terceirizadas pela instituição. Constatou-se que o alto nível de satisfação discente condiz com bom clima organizacional da Instituição, especialmente com a satisfação do corpo docente e da gestão acadêmica.

Em “Os desafios na implementação de cursos superiores em EAD no Brasil”, Elizabeth Souza da Silva Nascimento, da Faculdade Unilagos; e Marcus Vinicius Sandoval Paixão, do Instituto Federal do Espírito Santo Santa Teresa, assinalam a implementação dos cursos e o que pode ser mudado de forma funcional:

Devido à globalização, os cursos de Ensino à Distância – EAD no país cresceram amplamente. Esses cursos surgiram para suprir um nicho de mercado até então desfavorável para a maioria dos estudantes da classe operária, que não dispunham de tempo e dinheiro para estudar e esses cursos oferecem diversas facilidades e técnicas para que essa população pudesse realizar o sonho de ter um diploma universitário, independente da idade.

Em “Esporte de alto rendimento e terceiro setor: o caso das olimpíadas Rio 2016”, Carlos Vasconcellos Ribeiro, da Universidade Santa Úrsula, propõe-se a analisar o projeto esportivo desenvolvido por entidades do Terceiro Setor que atuam com alto rendimento esportivo:

[...] analisar o projeto esportivo desenvolvido por entidades do terceiro setor que atuam com alto rendimento esportivo. Para tanto, investiga o Instituto Reação e suas estratégias para o desenvolvimento e formação de atletas de alto rendimento com vistas a competições dentro do judô.

Como conclusão, apontamos as estratégias que podem ser replicadas por outras entidades que visem o mesmo objetivo, sem, contudo, deixarem de desenvolver demais atividades de inclusão social.

Em “Análise do ensino sobre saúde do idoso em um curso de medicina”, Francisco José Passos Soares e David Costa Buarque ambos da Universidade Federal de Alagoas, falam sobre o envelhecimento humano, o aumento da expectativa de vida mundial e a lacuna no ensino de conteúdos em geriatria e gerontologia em um curso médico.

É crescente também o desafio dos cuidados em saúde com os idosos, que já consomem parcela significativa de recursos humanos e financeiros. [...] Nesse panorama as escolas médicas não podem omitir de sua formação habilidades mínimas em geriatria e gerontologia, cada vez mais requisitadas na rotina diária.

No artigo “A acolhida humanitária com a lei 13.445/17: rumo a um Tratamento Digno ao Migrante Forçado no Brasil”, as autoras, Denise Mercedes Núñez Nascimento Lopes Salles e Lara de Freitas Santos da Universidade Católica de Petrópolis e Renata Freitas Quintella Riggo da Universidade Federal de Rio Grande, se preocupam com a análise da possibilidade de concessão de vistos humanitários com a mudança na legislação brasileira.

O Brasil cultivou ao longo da sua história uma imagem de país aberto à migrantes e acolhedor. No entanto, mesmo com legislação avançada no campo do refúgio, até 2017 nossa legislação migratória tinha um caráter fortemente discricionário, marcada por um olhar do ‘estrangeiro’ como ameaça à segurança nacional. Assim também, no que tange à garantia de direitos humanos e à existência de políticas públicas de promoção real da integração local dos migrantes em geral, o Estado brasileiro tem avançado muito pouco nas últimas décadas.

E, por fim, em “Students’ engagement in social media in Cambodia”, de Hugo Martires, da Universidad Internacional de La Rioja, Espanha, trata do impacto das mídias nos estudantes e a situação atual dos alunos em Camboja:

The present societies are involved in a complex transformation process never seen before. This transformation is changing the organization of our environment, the way we work, how we relate with each other and also how we learn (García, 2001).

Ao concluir este número, espera-se, sobretudo, que os leitores encontrem subsídios para fomentar outros estudos e pesquisas a partir dos aportes oferecidos pelos autores e que aproveitem as leituras.